

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA GUSKOW CARDOSO

GESTÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE COLOMBO

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA GUSKOW CARDOSO

GESTÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE COLOMBO

Projeto apresentado ao curso de especialização em
Gestão Pública Municipal como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista.

Professor Orientador: Guilherme Ricardo dos Santos
Souza e Silva

CURITIBA

2016

RESUMO

A gestão participativa é a possibilidade de a sociedade civil organizada influenciar o processo de tomada de decisão, de participar democraticamente, de defender seus pontos de vista. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é um órgão consultivo que elabora diretrizes para implantar o plano e a política local de segurança alimentar e nutricional. O objetivo do trabalho é promover a gestão participativa do COMSEA através de capacitação e treinamento dos integrantes sobre a temática de segurança alimentar e nutricional e direito humano a alimentação adequada. A proposta técnica para a solução da situação problema será garantir a gestão democrática e participativa no conselho de segurança alimentar e nutricional do município de Colombo – PR.

Palavras-chave: gestão participativa, conselho de segurança alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional, direito humano a alimentação adequada.

ABSTRACT

Participatory management is the possibility of organized civil society to influence the decision making process , to participate democratically , to defend their views . The Municipal Council of Food and Nutrition Security is an advisory body which draws up guidelines to implement the plan and the local policy on food and nutrition security . The objective is to promote participatory management of COMSEA through capacity building and training of members on food security and nutrition and thematic human right to adequate food. The technical proposal for the solution of the problem situation will guarantee the democratic and participatory management in the food and nutrition security council of the city of Colombo - PR .

Keywords: participatory management , food security and nutrition advice, food and nutritional security , human right to adequate food.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – fatores que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Estado nutricional de crianças menores de 5 anos em 2015

GRÁFICO 02 – Estado nutricional de gestantes em 2015

LISTA DE ABREVIATURAS

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA: Direito Humano a Alimentação Adequada

COMSEA: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 APRESENTAÇÃO.....	09
1.2 OBJETIVO GERAL	09
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	09
1.4 JUSTIFICATIVA.....	10
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA.....	11
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	12
2.3 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	14
2.3 INTERLIGAÇÕES ENTRE SAN E DHAA	16
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA	17
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	17
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	18
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA	21
4.1 PROPOSTA TÉCNICA.....	21
4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	22
4.1.2 RECURSOS.....	23
4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS.....	23
4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO – CORRETIVAS.....	23
5 CONCLUSÃO.....	24
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A gestão participativa é a possibilidade de a sociedade civil organizada influenciar o processo de tomada de decisão, de participar democraticamente, de defender seus pontos de vista. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é um órgão consultivo que elabora diretrizes para implantar o plano e a política local de segurança alimentar e nutricional, orienta a implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades e articula a participação da sociedade civil. Para que isto ocorra os conselheiros devem conhecer o real papel para promover e garantir a SAN e DHAA.

1.2 OBJETIVO GERAL

Promover a gestão participativa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) através de capacitação e treinamento dos integrantes sobre a temática de segurança alimentar e nutricional e direito humano a alimentação adequada.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Avaliar o conhecimento prévio dos membros do conselho a respeito da temática do direito humano a alimentação adequada.
2. Realizar uma capacitação de oito horas com atividades teóricas e práticas sobre esta temática aos conselheiros.
3. Verificar através de questionários específicos os conteúdos adquiridos.
4. Promover um planejamento de ações para o conselho.

1.4 JUSTIFICATIVA

A população estimada de Colombo é de 232.432 habitantes, a renda média per capita é de R\$ 667,21. É sabido que a cidade é um município dormitório, pois fica a 17 quilômetros da capital Curitiba. Em 2014 foram pesadas 31.795 crianças e foi verificado que 112 menores de 2 anos estavam desnutridas (IPARDES, 2015). Sendo assim verifica-se que existem muitas famílias em insegurança alimentar e nutricional, sendo necessário que exista uma gestão democrática e participativa sobre o tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA

A Constituição da República de 1988 foi o primeiro mecanismo que iniciou a integração do povo nos processos de construção e de manutenção do Estado brasileiro como a garantia dos direitos dos cidadãos. Sendo assim os indivíduos devem compartilhar, ao lado do Estado, parcelas indistintas do poder circulante entre todos os seus integrantes, justificando os méritos da democracia, com a ideia de poder político difundida na teoria discursiva de Jürgen Habermas (1997).

A expressão democracia participativa possui diferentes significados bastante diferenciados, sendo algumas antagônicas entre si. Entre estas, a influência dominante é a socialista, sobretudo no que diz respeito aos processos de democracia direta. Nas palavras de Genro, [...] a exacerbação de formas de democracia direta, que combine estabilidade e previsibilidade – regras de jogo firmes e contratos claros sobre os limites da utopia – com a legitimação permanente dos conflitos e a aceitação de certo grau de indeterminação sobre o futuro (ou seja, considerar os consensos como necessariamente provisórios) passa a ser o estatuto mais avançado da cidadania moderna (GENRO, 2002, p. 30)

A modalidade mais amplamente difundida de participação institucional da cidadania na administração pública brasileira são os conselhos gestores de políticas públicas e os conselhos de direitos. Estes, predominantemente, de natureza fiscal, propositivo-consultiva. Segundo Santos “Em 1993, já se contabilizavam cerca de 3.000 conselhos na área de saúde (IBAM, 1993); em 1994, dados do Centro Brasileiro da Infância e do Adolescente apontavam a existência de 2.362 na área da criança e do adolescente; em 1997, dados do Ministério e da Previdência e Assistência Social registravam a presença de 2.908 no setor da assistência social (SANTOS JUNIOR, 2004, p. 22).

Assim, os conselhos não têm uma configuração uniforme e acabada. Apenas os que funcionam nas áreas reguladas pela legislação federal (os de Saúde,

da Criança e do Adolescente e os de Assistência Social) apresentam o mesmo formato em todo o território nacional. Nos demais conselhos, as diferenças dizem respeito às suas características essenciais: peso da sociedade civil, dos entes públicos, e, em particular, dos representantes do órgão fiscalizado na sua composição; sistema de indicação de seus membros pelas organizações da sociedade civil, ou por ambos e a abrangência de sua jurisdição.

O controle social é um avanço na construção de uma sociedade democrática, e determina alterações na relação do aparelho de Estado com o cidadão. Através do Estado democrático é possível criar mecanismos capazes de viabilizar a inserção do cidadão no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública. De acordo com Lira e colaboradores (2003, pág. 65) o cidadão pode interferir no processo de programação governamental, inclusive de forma preventiva já que pode ser programada com a participação da sociedade, que passa a dar sugestões ou propostas e a verificar a observância dos atos empreendidos, com vistas ao bom atendimento do interesse público (LIRA, 2003).

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional está em constante construção e evolução, uma vez que tem relação direta com a estrutura política, social e econômica dos países. Foi a partir do final do século XVIII que esse tema foi abordado pelo economista e demógrafo inglês Thomas Robert Malthus (em 1798), o primeiro a sustentar a ideia de que o crescimento demográfico iria ultrapassar a capacidade produtiva da terra gerando fome e miséria (ALENCAR, 2001).

O termo Segurança Alimentar passou a ser utilizado na Europa durante Primeira Guerra Mundial e ele tinha estreita relação com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação. Durante a Segunda Guerra Mundial, em especial a partir da constituição da ONU, podia se observar uma tensão política entre os organismos que entendiam o acesso a alimentação como um direito humano e

aqueles que entendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (ALENCAR, 2001; BELIK, 2003).

Após a Segunda Guerra, a Segurança Alimentar foi tratada hegemonicamente como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Nessa época foram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas em especial, a partir do excedente da produção dos países ricos. Revolução Verde (final da década de 40 e início da 50) – primeiras experiências na Índia, onde houve um enorme aumento da produção de alimentos sem nenhum impacto real sobre a redução da fome no país (VALENTE, 2002). Na Conferência Mundial de Alimentação (1974) – identificou-se que a garantia da Segurança Alimentar teria de passar por uma proposta política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento na produção de alimentos (DOMENE, 2003).

Com isso a revolução verde foi intensificada, inclusive no Brasil, essa estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e excluídos. Na década de 80 reconheceu-se que uma das causas principais da insegurança alimentar e nutricional era a falta de garantia do acesso físico e econômico aos alimentos, e assim o conceito de Segurança Alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos, de forma permanente a quantidades suficientes de alimentos. No início da década de 90 o conceito começou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitável e também incorporando a ideia de acesso a informação (VALENTE, 2002).

Na Conferência Internacional de Nutrição (1992) – agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional. Proposto na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994): “a garantia, a todos, de condições de acesso à alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas

alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo assim, para uma existência digna” (CONSEA, 2009).

Existem duas dimensões bem definidas: A alimentar (produção, comercialização e acesso ao alimento) e A nutricional (à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde). Após a Cúpula Mundial da Alimentação (1996) e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN – 1998) o conceito de SAN passou a ser mais divulgado no Brasil. Mais recentemente outras dimensões vêm sendo associadas ao termo, como é o caso da soberania alimentar. Essas dimensões são incorporadas por ocasião da II Conferência Nacional de SAN (2004).

Hoje o conceito de Segurança Alimentar e nutricional é: realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Esse conceito foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006) que é um instrumento jurídico que constitui um avanço por considerar a promoção e garantia do DHAA como objetivo e meta da Política de SAN.

2.3 DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)

O Direito Humano a Alimentação é reconhecido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948) e a expressão Direito Humano a Alimentação Adequada tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), 1966. O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção (PIDESC).

Em 2002 o direito humano a alimentação adequada foi reconhecido como um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais de seu povo e que garanta uma vida livre de medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU). Existem duas dimensões indivisíveis: o direito de estar livre de fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada.

A alimentação adequada vai muito além, ou seja, se refere ao direito a uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos e contaminantes e isento de organismos geneticamente modificados; direito a informação cientificamente comprovada e respaldada sobre alimentação saudável e alimentos seguros e adequados; inclui a regulamentação da propaganda e publicidade que promovem o consumo de alimentos não saudáveis ou que “vendem” características que inexistem ou são inverídicas, especialmente para crianças e jovens, fases da vida em que se constroem e definem hábitos alimentares; respeita os hábitos culturais que, em especial no Brasil, são formados da diversidade cultural (regional, racial, étnica) características da origem de formação do nosso povo; incorpora o direito da população de ter acesso aos recursos produtivos, de produzir, de maneira adequada e soberana, o seu próprio alimento e/ou de ter recursos (financeiros, físicos e materiais) para alimentar-se de forma adequada com dignidade. E tão importante quanto esses elementos, incorpora a garantia e a possibilidade concreta da população exigir a realização de seus direitos;

A promoção do DHAA passa ainda pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo a práticas agroecológicas, de vigilância sanitária de alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, do atendimento à saúde, da viabilidade de praticar o aleitamento materno exclusivo, da não discriminação de povos, etnia e gênero, entre outros (BRASIL, 2010).

2.4 INTERLIGAÇÕES ENTRE SAN E DHAA

A partir da Cúpula Mundial da Alimentação (1996), organizada pela FAO, associou-se definitivamente o papel fundamental do DHAA à garantia de SAN. A partir de então, de forma progressiva, a SAN começa a ser entendida como uma possível estratégia para garantir a todos o DHAA. Portanto, quando se fala em SAN, refere-se a forma como a sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o DHAA a todos os cidadãos.

Esta figura apresenta alguns dos fatores determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: Baseado em Kepple (2010) e Consea (2010).

Figura 1. Fatores que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA

Muitos conselheiros, apesar de atuarem no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Colombo (COMSEA), ainda não estão seguros e não tem conhecimento suficiente sobre as definições e dimensões dos termos Segurança Alimentar e Nutricional e Direito humano a Alimentação Adequada.

Serão envolvidos nesta capacitação todos os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Colombo, tanto os da sociedade civil quanto os governamentais.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

O conselho municipal de segurança alimentar e nutricional do município de Colombo – PR é composto por 2/3 da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais. A sociedade civil é composta por: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), Casa de Apoio Sete Anjos, Associação de Moradores Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas; Centro Dia Evoluir; Centro de Estudos de Educação Ambiental; Associação Comunitária de Moradores do Embu; SISMUCOL – Sindicato dos Servidores Municipais de Colombo; Associação Recreativa e Esportiva do Zumbi dos Palmares; Associação de Moradores e Amigos da Vila Liberdade e Associação de Moradores Unidos do Guaraituba. Como representantes governamentais tem representação as seguintes secretarias: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Planejamento. O mandato do conselho é de 2 anos e a sociedade civil foi eleita na II Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que ocorreu no dia 11 de junho do presente ano. O conselho se reúne mensalmente através de reuniões mensais pré-estabelecidas e ainda se convocados para reuniões extraordinárias.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Muitos conselheiros, apesar de atuarem no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Colombo (COMSEA), ainda não estão seguros e não tem conhecimentos suficientes sobre as definições e dimensões dos termos Segurança Alimentar e Nutricional e Direito humano a Alimentação Adequada.

De acordo com os dados do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) do ano de 2015 foram acompanhadas 3856 crianças de 0 a 5 anos, destas 40 (1,04%) estavam em muito baixo peso para a idade, 77 (2%) baixo peso para a idade e 264 crianças (6,85%) estavam com peso elevado para a idade (GRAFICO 01). Foram acompanhadas 120 gestantes no ano de 2015, 13 (10,83%) estavam baixo peso, 35 (29,17%) estavam em sobrepeso e 26 (21,67%) estavam obesas (GRÁFICO 02).

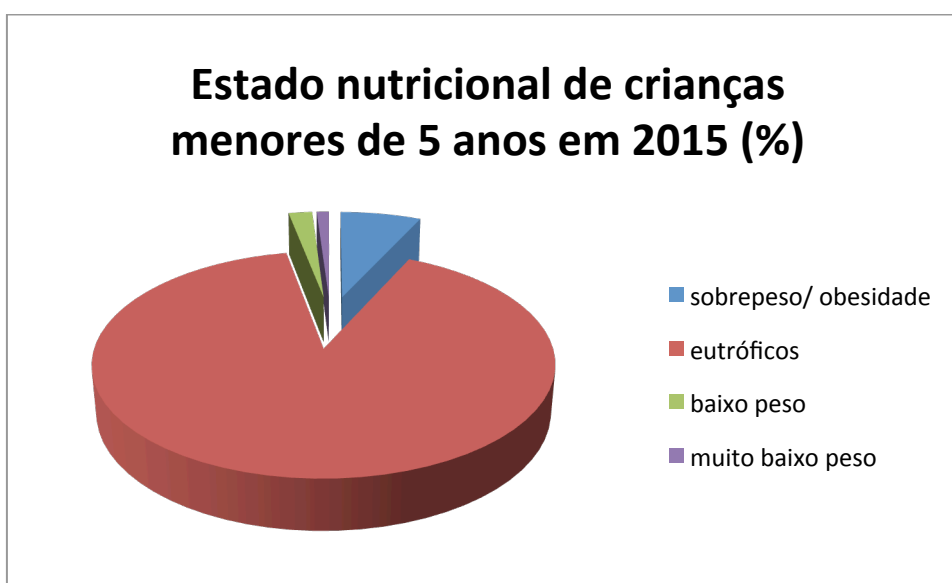


GRAFICO 01: ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS (SISVAN, 2015)

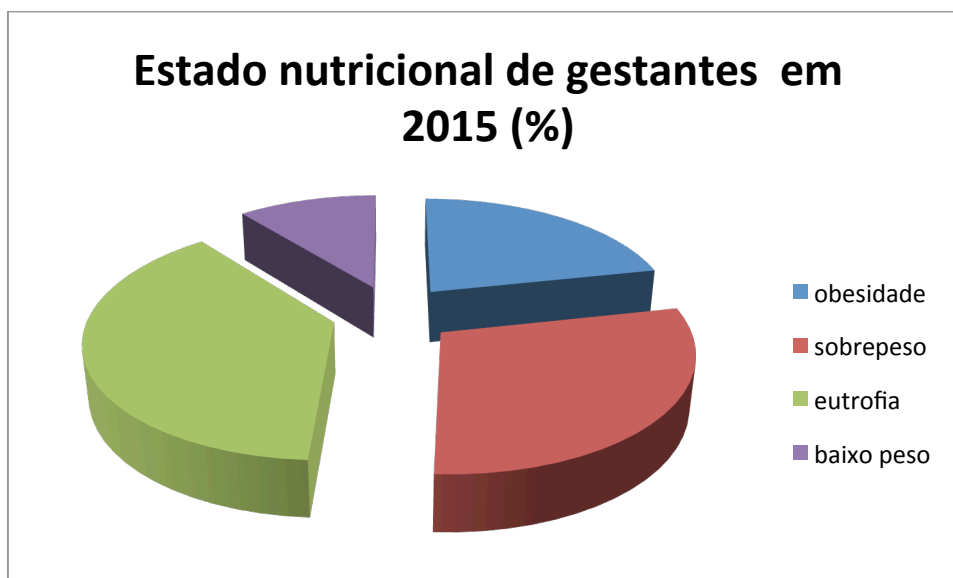


GRÁFICO 02: ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES (SISVAN, 2015)

Conforme o mapa de SAN realizado no ano de 2014 foi verificado que o município possui SIM (Sistema de Inspeção Municipal), porém não existe empreendimento da agricultura familiar registrado. De acordo com a vigilância sanitária existem 4 empreendimentos rurais registrados, porém nenhum participa de compra pública e/ou equipamentos públicos. Existe assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares que atende assentamentos e acampamentos da reforma agrária, grupo e organização de mulheres de agricultora e grupos e organização de jovens agricultores onde são utilizados recursos municipais e estaduais. Ainda sim existe o PRONAF, Garantia Safra, PNAE, PAA, Programa de insumos e sementes e equipamentos públicos de abastecimento e comercialização de alimentos, contudo nenhum agricultor familiar recebe ATER em apoio às práticas agroecológicas.

No ano de 2014 o PAA foi realizado com recursos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e foram adquiridos frutas, legumes e verduras, alimentos orgânicos ou de produção agroecológica. O município apoia a produção agroecológica através de atividade de capacitação, fomento e incentivo à produção com recursos municipais e estaduais, aquisição desses produtos pelo PAA, garantia da qualidade de produção orgânica através do selo de certificação.

Neste ano o município promoveu ações de Educação Alimentar e nutricional por meio de recursos municipais e federais através de ações intersetoriais e multiprofissionais (Educação, saúde, social e agricultura).

No município há suporte para a realização de feiras livres com recursos municipais através de fornecimento ou subsídios de barracas e equipamentos, existe um restaurante popular; os equipamentos que recebem o PAA são restaurantes de unidades hospitalares, rede sócio assistencial e centros de convivência, associações de bairros, associação de catadores e centros comunitários.

O município de Colombo não possui orçamento municipal previsto para as ações de SAN, não existe legislação que regule o uso de agrotóxicos no município. Não existem os seguintes equipamentos: CEASAS; mercados públicos ou populares; sacolões ou quitandas públicas; feiras livres; cozinhas comunitárias ou banco de alimentos.

O COMSEA é vinculado a SMS, é Consultivo – tem papel de propor e recomendar sobre as ações de SAN à gestão municipal, as reuniões são mensais, a última reunião ocorreu no ultimo mês, existe uma secretária executiva. O COMSEA recebe denúncias de violações do DHAA (Produção, comercialização e distribuição de alimentos contaminados ou em má qualidade para o consumo humano, falta de acesso a programas e ações do governo; inadequação de ações do governo; inadequação de ações e programas de governo a grupos específicos; interrupção/ falta de continuidade de programas e ações do governo).

O COMSEA realiza o cadastramento das entidades que recebem alimentos do PAA; foram realizadas duas conferencias municipais (2011 e 2015); o município participou de conferência regional, estadual e nacional.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica para a solução da situação problema será garantir a gestão democrática e participativa no conselho de segurança alimentar e nutricional do município de Colombo – PR. Esta garantia será primeiramente pela exposição do mapa de segurança alimentar e nutricional que foi realizado no ano de 2014 que aborda todas as ações e equipamentos de SAN. Após esta exposição a nutricionista e membro governamental da Secretaria de Saúde do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Colombo, Fernanda Guskow Cardoso realizará uma oficina que consistirá de: a nutricionista levará 16 envelopes, dos quais oito contem informações sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e os demais guardavam dados sobre Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Além dos envelopes serão utilizados dois mini cartazes com dizeres sobre as interligações entre os conceitos e uma imagem sobre os fatores que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional.

Após uma breve introdução e explicação da dinâmica, cada participante receberá um envelope no qual estará escrito um número e uma palavra (exemplo: envelope 1 SAN). A nutricionista ressaltará que o conceito de Segurança Alimentar vem sendo construído e modificado ao longo dos anos, uma vez que tem relação direta com a estrutura política, social e econômica dos países. Pedirá então para que o participante com o envelope de número 1 abra e leia em voz alta o que estava escrito no seu papel, depois o conselheiro com o envelope número 2 e assim por diante. Os oito envelopes de SAN contêm os conceitos desde a primeira guerra mundial até o conceito que temos hoje os quais serão debatidos no grande grupo.

Após sanar todas as dúvidas sobre o primeiro tema a mediadora Fernanda, entregará novamente os envelopes que agora continha a sigla DHAA ao invés de SAN. Repetirá a dinâmica de cada um abrir e ler o conteúdo em ordem numérica e enfatizará os pontos mais relevantes. Nesse segundo caso os envelopes contêm: expressão do Direito Humano a Alimentação (ONU 1948), conceito de DHHA

(PIDESC 1966), definição de DHAA (ONU 2002), duas dimensões indivisíveis do DHAA, e demais dimensões desse direito.

Após breve discussão e colaborações dos presentes, a nutricionista solicitará que duas participantes leiam os mini cartazes com as interligações dos conceitos e mostrará e falará sobre a figura com os fatores que influenciam SAN.

4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Para avaliar o conteúdo prévio de SAN e DHAA será realizado um questionário estruturado com todas as questões que serão abordadas na capacitação este mesmo questionário será aplicado após a capacitação para verificar a efetividade da capacitação.

P1 - PLANO DE AÇÃO PROPOSTA/PROJETO/ESTRATÉGIA/META/OBJETIVO						
META PRAZO:						
MEDIDAS OU AÇÕES	QUANDO	ONDE	QUEM	RAZÃO, POR QUE	QUANTO	COMO
avaliação do conteúdo prévio de SAN e DHAA	31/03/16	reunião do COMSEA	Fernanda Cardoso	avaliação do conteúdo	sem custo	questionário
capacitação sobre a temática	29/04/16	grande auditório shopping Maracanã	Fernanda Cardoso	promover a gestão participativa	sem custo	capacitação
questionário pós capacitação	29/04/16	grande auditório shopping Maracanã	Fernanda Cardoso	avaliação do conteúdo adquirido	sem custo	questionário
planejamento de ações	29/04/16	reunião do COMSEA	Fernanda Cardoso	melhoria da gestão participativa	sem custo	elaboração de um plano de ação do COMSEA

4.1.2 RECURSOS

Não serão necessários recursos para a realização do projeto já que será utilizada mão de obra do município e materiais permanentes já pertencentes ao município.

4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o grupo chegue à conclusão de que não há como falar de um conceito sem falar do outro, que o papel dos conselhos de segurança alimentar e nutricional é garantir o direito humano a alimentação adequada, e que há muitos meios e locais onde se pode promover e garantir SAN e DHAA.

Para a verificação do sucesso do projeto será estabelecido que os conselheiros serão avaliados através de um questionário antes e após a realização da oficina. A avaliação prévia a realização da oficina será importante para verificar quais são os conceitos já conhecidos e após a realização será importante para verificar a efetividade da oficina.

4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO – CORRETIVAS

Os únicos problemas esperados para este projeto seria a baixa adesão dos conselheiros nesta capacitação para melhoria do conhecimento sobre o tema, mas que pode ser evitado com a organização prévia.

5 CONCLUSÃO

A segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada é de suma importância a toda população por isso deve-se der claro como promover e garantir isso a todos. Sendo assim este trabalho foi muito gratificante já que através dele foi possível diagnosticar os problemas relacionados à alimentação e nutrição do município e com isso verificar as principais necessidades da população.

O município de Colombo – PR é um município da região metropolitana que é uma cidade dormitório para Curitiba, pois fica a 17 quilômetros da capital, possui uma população estimada de 232.432 habitantes, a renda média per capita é de R\$ 667,21, ou seja, menos de um salário mínimo e, além disso, possui muitas pessoas com distúrbios nutricionais e em insegurança alimentar e nutricional.

Após conhecer os problemas foi enriquecedor conhecer os equipamentos que poderiam auxiliar em sua melhoria e assim capacitar os conselheiros, ou seja, com que se realizasse uma gestão participativa para que as pessoas mais interessadas, na verdade todas, tivessem seu direito humano a alimentação adequada garantido. Além disso foi gratificante trabalhar em rede com os diversos equipamentos da prefeitura além de organizações não governamentais e entidades filantrópicas pois é sabido que estas auxiliam no controle social e na melhoria da qualidade de vida da população.

Como a capacitação vai ser realizada no próximo mês espera-se que se consiga melhorar a vida da população de Colombo – PR, que todos tenham garantia de acesso aos alimentos e que não comprometam outras necessidades básicas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Á. G. **Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome.** In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: v. 44, n. 1. janeiro/junho de 2001.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** In *Saúde social*, São Paulo, v. 12, n. 1. junho de 2003

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. 168p.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, setembro de 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.** *Diário Oficial da União*, fevereiro de 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília. novembro de 2009.

DOMENE, S. M. A. **Indicadores nutricionais e políticas públicas.** In *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 17, n. 48, p. 131-135. agosto de 2003

GENRO, T. **Crise da democracia: direito, democracia e neo-liberalismo na ordem global.** Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. I e II.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal IPDM 2015**. Colombo, 2015. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83400>> Acesso em: 04 de novembro de 2015.

LIRA, A M de A; ROSA, A Q; FILHO, A B P; GOMES, B P de M; SANTOS, D C; e DE MORAES, E Q. **A Educação Corporativa Aplicada ao Tribunal de Contas da União como Estímulo ao Controle Social**. 2003. Disponível em <www.tcu.gov.br>. Acesso em 06 março 2016.

ONU Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 01/12/2015

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <[http:// dhnet.org.br](http://dhnet.org.br)> Acesso em: 01/12/2015.

SANTOS JUNIOR, O A; RIBEIRO, L C Q e AZEVEDO, S (orgs). **Governança democrática e poder local**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. 286p.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas**. Cortez Editora, São Paulo, 2002.